

Helena Carreiras

Ministra da Defesa Nacional

**Intervenção da Ministra da Defesa Nacional, Helena Carreiras, na Sessão
de Encerramento do 46º Curso de Defesa Nacional**

Instituto da Defesa Nacional, Lisboa, 10 de maio de 2022

É com especial prazer que regresso ao Instituto da Defesa Nacional, para este momento maior do Curso de Defesa Nacional – o seu encerramento e a atribuição de medalhas. Para as auditoras e os auditores, este dia representa a conclusão de um percurso exigente. Para o IDN, representa a conclusão de mais uma edição deste prestigiante (e prestigiado) curso, único no nosso país, que continua a apostar na formação dos cidadãos em matérias de segurança e defesa.

Os auditores de defesa nacional constituem um conjunto de pessoas ativas, interessadas e envolvidas, provenientes de uma grande diversidade de contextos - civis e militares - dos organismos do Estado, às universidades, ao setor privado e à sociedade civil. São, por isso, **verdadeiros Embaixadores de Segurança e Defesa, que saem daqui com uma missão. A missão de difundir na sociedade o propósito da Defesa Nacional e as razões que tornam o desenvolvimento e o investimento na**

Defesa uma componente essencial da nossa ação enquanto nação soberana.

Permitam-me uma palavra de sentido apreço a toda a equipa que no IDN desenvolve o Curso de Defesa Nacional e, na pessoa da Professora Doutora Isabel Ferreira Nunes, atual Diretora desta casa e simultaneamente diretora do CDN, agradecer-vos o trabalho extraordinário que continuam a realizar. O IDN é e deverá continuar a ser, um **espaço privilegiado de apoio ao desenvolvimento do pensamento estratégico, à ação governativa e à aproximação da Defesa Nacional à sociedade portuguesa.**

De entre as matérias que considero prioritárias para a defesa nacional, permitam que partilhe algumas que tenho identificado como centrais à ação do Governo para esta área.

Deparamo-nos hoje com um contexto internacional em rápida evolução e de contornos incertos, que nos forçará a confrontar **desafios diversos, mas transversais**, como as ameaças híbridas, o impacto das alterações climáticas e de novas tecnologias emergentes e disruptivas na segurança e na defesa, o papel das Forças Armadas na resposta a emergências complexas, a competição crescentemente agressiva entre grandes potências, e, naturalmente, **as consequências da invasão da Ucrânia pela Rússia.**

Esta guerra, que vem alterar profundamente o panorama da segurança europeia e internacional, constitui um exemplo paradigmático de como somos convocados a responder em múltiplas frentes, atendendo às capacidades existentes. Por outro lado, permite evidenciar uma nova centralidade das questões de

defesa, a qual favorece simultaneamente o seu agendamento político e uma maior compreensão por parte da população.

Esta dupla legitimação, nos planos político e da opinião pública, é essencial para a utilização de recursos coletivos numa área estratégica e cuja importância nem sempre é reconhecida em tempo de paz. A guerra na Ucrânia veio mostrar, de forma particularmente violenta, algo que os que estudam estas matérias têm repetido vezes sem conta: que não existe segurança, nem liberdade, nem desenvolvimento sem capacidade de defesa. **E não podemos dá-la por adquirida. Esta requer um trabalho firme e constante, muitas vezes invisível.**

Importa, por isso, demonstrar como é vital o processo de modernização das nossas forças armadas, tanto no plano da operacionalidade e dos equipamentos como no plano da valorização das pessoas e da atratividade da profissão militar. Só

assim poderemos ser parceiros credíveis nas organizações internacionais a que pertencemos e verdadeiros produtores de segurança internacional.

Permitam, pois, que me refira brevemente a algumas medidas naqueles dois planos.

Desde logo as pessoas.

Para mantermos Forças Armadas disponíveis para um conjunto crescente de missões, **precisamos de prestar a devida atenção às questões do recrutamento, retenção e transição dos nossos militares para a vida civil, sobretudo no que se refere ao regime de contrato.** Importa continuar a implementar e revitalizar o Plano de Ação para a Profissionalização do Serviço Militar que inclui um amplo conjunto de medidas para fazer face às exigências dessa tarefa. Tal como anunciei ontem na Assembleia da República, iremos avançar até ao final deste ano com a **criação do Quadro Permanente de Praças no Exército e na Força Aérea**, um

objetivo há muito almejado e que - necessariamente em articulação com outras medidas - contribuirá para aquele fim.

No que aos militares diz respeito, destaco ainda que foi possível nas primeiras semanas do meu mandato autorizar, em colaboração com o Ministério das Finanças, **as promoções anuais que estavam há uma década a ser sistematicamente empurradas para o final do ano, e que irão abranger quase 5.800 militares.**

Penso que este é um importante sinal no sentido político da valorização dos militares das nossas Forças Armadas.

Em segundo lugar, a questão das capacidades e equipamentos.

Para termos umas Forças Armadas à altura dos nossos compromissos internacionais **precisamos de uma Lei de Programação Militar ajustada às novas necessidades e desafios com que nos deparamos.** Foi com esse objetivo em mente que assinei na semana passada uma Diretiva ministerial para a revisão

da lei, incluindo entre outros relevantes objetivos os de repor a disponibilidade operacional do nosso sistema de forças e de assegurar uma posição de reservas de guerra para níveis compatíveis com o novo cenário geopolítico.

Temos que reforçar a operacionalidade das forças armadas, assegurar a manutenção e modernização das capacidades e dos equipamentos; apostar em programas com efeito multiplicador, passíveis de duplo uso, que criem riqueza para a economia nacional.

Um outro domínio que foi já alvo de particular atenção no anterior governo e ao qual hoje gostaria de me referir com maior destaque é o da **agenda Mulheres, Paz e Segurança**.

Basta olharmos para a Ucrânia para aferir dessa mesma atualidade e relevância. Temos observado mulheres nos múltiplos papéis que as guerras lhes têm reservado: nos bastidores a

proteger a família afastando-se do campo de batalha, em combate, mas também a desempenhar funções na logística ou na prestação de cuidados de saúde, ao mesmo tempo que procuram ter um papel mais ativo nas negociações – ainda predominantemente masculinas e, até agora largamente infrutíferas.

Em linha com as melhores práticas internacionais, precisamos de manter presentes os pressupostos desta agenda e assegurar que nos permitem melhorar as nossas instituições de defesa, proporcionando o devido contributo para a segurança internacional.

Portugal tem feito a sua parte nos últimos anos. **Constituiu o Gabinete da Igualdade do Ministério da Defesa Nacional** e incluiu de forma clara as **temáticas da Igualdade e da Agenda Mulheres, Paz e Segurança** enquanto diretrizes de **Política de Defesa Nacional**.

Apresentou-se em **2019 o Plano Setorial da Defesa Nacional para a Igualdade**, o qual, em articulação com as outras estratégias nacionais e internacionais, estabeleceu um conjunto de medidas concretas, desde a **formação ministrada aos militares que participam nas Forças Nacionais Destacadas**, até à **nomeação de pontos focais de género em todas as missões no exterior**.

Mais recentemente, assegurou-se que **a nossa ação externa de defesa é parte ativa na promoção dessa mesma agenda**. Destacaria a **apresentação e aprovação de um Plano de Ação da Componente da Defesa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) para a implementação da Resolução 1325, sob proposta de Portugal**, que permitirá melhor posicionar esta Comunidade relativamente à implementação da Resolução.

Estamos cientes de que muito resta por fazer e que os ganhos atuais correm sempre o risco de serem revertidos. Esforços adicionais serão necessários, por exemplo, para **garantir a presença de mais mulheres nas nossas Forças Nacionais Destacadas** ou mesmo nas Forças Armadas em geral. Sabemos que, de 2015 a 2021, a percentagem de militares femininas subiu de 11% para 13%. Em 2021 verificou-se, inclusive, um aumento de 322 militares do sexo feminino. Há uma evolução na abertura das Forças Armadas às mulheres, mas temos de procurar integrá-las também nas diversas categorias, especialidades, missões e operações.

Precisamos de assegurar que a avaliação da implementação dos planos de ação nacionais vai além da medição de indicadores quantitativos formais e que incorpora também avaliações qualitativas mais profundas. Até ao final deste semestre, iremos

proceder à revisão do Plano Setorial da Defesa Nacional para a Igualdade (PSDNI), em consonância com os restantes Planos Nacionais que também se encontram em revisão.

Incluiremos, certamente, a dimensão de género no próprio processo de revisão do Conceito Estratégico de Defesa Nacional – à semelhança daquilo que será feito pela NATO com relação ao seu novo Conceito Estratégico, o qual se prevê aprovar em junho em Madrid. Nesse trabalho de revisão do Conceito Estratégico de Defesa Nacional o IDN teve já um papel importante, e pretendo que continue a ter agora no relançamento do processo.

O objetivo último é claro: **garantir a igualdade de género na Defesa Nacional**. Tal significa compreender que a igualdade formal é condição necessária, mas não suficiente, para uma integração efetiva. Significa também fazer a nossa quota-parte

para promover uma cultura de segurança e defesa mais consequente e, acima de tudo, mais inclusiva.

Estou certa de que nesse processo, poderei continuar a contar com o valiosíssimo contributo do Instituto da Defesa Nacional para reafirmar a pertinência destas questões na sociedade portuguesa. Mas estou também certa de que poderei contar com todas e todos os auditores da defesa nacional aqui presentes, enquanto portadores do conhecimento que queremos promover e, sobretudo, aplicar na prática.

A Defesa Nacional faz-se e constrói-se com todas e todos. Saibamos aceitar essa missão.

Muito obrigada.